



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

COMUNICAÇÃO INTERNA N. SELPD/SLSTE/197/2020

Belo Horizonte, 30 de julho de 2020

A Senhora
GRAZIELLA MELGAÇO PIRES FURTADO DE MENDONÇA
Pregoeira

Ref.: Análise técnica da proposta apresentada pela empresa Nacional Soluções e Serviços Eireli, arrematante do Lote 1 do Pregão Eletrônico nº 23/2019

Senhora Pregoeira,

Trata-se de análise técnica das planilhas de custos e formação de preços que acompanham a proposta apresentada pela empresa Nacional Soluções e Serviços Eireli, arrematante do Lote 1 do Pregão Eletrônico nº 23/2019, acerca dos requisitos elencados no Edital. A documentação, em formato .pdf e .xls, foi recebida nesta Secretaria, por meio de correio eletrônico, em 24 de julho de 2020.

As planilhas de custos e formação de preços possuem caráter instrumental no julgamento das propostas e visam a detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, de modo a viabilizar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro durante a execução contratual e a funcionar como parâmetro para resguardar que a Administração efetue uma contratação vantajosa e exequível.

Assim sendo, esclarece-se que esta análise se restringe apenas à averiguação de se os valores informados nas planilhas refletem corretamente os custos envolvidos na contratação, observadas as disposições legais e as condições previstas no Edital e nos instrumentos coletivos apresentados. Não se adentrando, pois, no mérito jurídico da proposta apresentada pela empresa, nem na avaliação dos índices estatísticos utilizados e da adequação aos preços de mercado dos custos que compõem a proposta.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

A proposta de preços apresentada pela empresa Nacional Soluções e Serviços Eireli, datada de 15/07/2020, no valor global anual de R\$ 2.525.000,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais), foi instruída com 62 planilhas de custos e formação de preços individuais (conforme modelo do Anexo III do Termo de Referência), referentes a 64 postos de trabalho nas localidades especificadas no Edital para o Lote 1 (Região Noroeste, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Alto São Francisco), com indicação dos sindicatos, das convenções coletivas e as respectivas datas bases e vigências e da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Foram também apresentados os seguintes documentos, que serviram de base para a análise:

- Planilha de cotação (Anexo III do Edital), com discriminação de valor global mensal e de valor global anual da proposta;
- Relação das Convenções Coletivas de Trabalho utilizadas na elaboração da proposta;
- Discriminação (quantitativo e especificação), em planilha apartada, dos custos com uniformes e materiais de limpeza (subitem 8.5.3.4 do Edital);
- Demonstrativo dos valores das tarifas de vale-transporte utilizadas na proposta;
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, que comprova o código CNAE da atividade econômica principal (subitem 8.5.3.7 do Edital);
- Tela de consulta ao FAPWeb, do sítio do Ministério da Economia (subitem 8.5.3.5 do Edital);
- Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS, relatório da GFIP/SEFIP, competência 06/2020 (subitem 8.5.3.5 do Edital);
- Planilha demonstrativa de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS (subitem 8.5.3.8 do Edital);



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

- Cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta (Anexo XXII do Termo de Referência);

Após exame e interpretação dos documentos acima listados, apresentam-se as seguintes considerações a respeito das planilhas de custos e formação de preços apresentadas:

1.1. A proposta foi apresentada conforme disposições das mesmas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) adotadas como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, firmadas entre SEAC/MG e sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais, quais sejam: CCT MG000131/2019 – FETHEMG (Bom Despacho, Itaúna, Pará de Minas, Paracatu e Unaí); CCT MG000516/2019 – SIDEACO (Uberlândia); CCT MG000569/2019 – SINDEACO (Araguari, Ituiutaba e Iturama); CCT MG000808/2019 – SECHOBARES/MG (Curvelo e Diamantina); CCT MG000814/2019 – SECOSAER (Frutal, Patos de Minas, e Patrocínio); CCT MG000939/2019 – SINDESETH (Sete Lagoas); CCT MG000942/2019 – SECOSAER (Uberaba); CCT MG000975/2019 – SETHAC-NM (Montes Claros); CCT MG000976/2019 – SETHAC-NM (Januária, Pirapora e Monte Azul); CCT MG0001211/2019 – SINTHA (Araxá); CCT MG0002424/2019 – SINETH (Formiga, Passos e Piumhi); e CCT MG0002700/2019 – SIETHD (Divinópolis).

Importa esclarecer que não compete a esta Unidade analisar o mérito a respeito do enquadramento sindical dos proponentes, tampouco aceitar ou contestar o instrumento coletivo utilizado na elaboração das planilhas de custos e formação de preços das propostas. Assim, a presente manifestação se limita à conformidade dos valores apresentados de acordo com os instrumentos coletivos dos sindicatos aos quais a empresa arrematante reputa estar vinculada, sujeitando-se às penas da lei caso o faça de forma incorreta.

1.2. O Seguro Acidente do Trabalho (item 2.2 C) foi cotado no percentual de 3,00%, o que corresponde à multiplicação do RAT (Risco Ambiental de Trabalho) no



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

percentual de 3,00% e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) no valor de 1,0000. No entanto, de acordo com a tela de consulta apresentada ao FAPWeb, do sítio do Ministério da Economia, o valor vigente do FAP no ano de 2020 é de 0,5000.

1.3. Os custos indiretos (item 6 A) foram cotados no percentual de 2,50% para os postos de Servente 30h (40% + GAF) na localidade de Araguari/MG e no percentual de 3,00% para os demais postos.

1.4. O lucro (item 6 B) foi cotado no percentual de 2,00% para os postos de Servente 30h (40% + GAF) na localidade de Araguari/MG e no percentual de 1,78% para os demais postos.

1.5. As alíquotas de PIS (item 6 C.1) e de COFINS (item 6 C.2) foram apresentadas de acordo com o regime de apuração cumulativa, com percentuais de 0,65% e 3,00%, respectivamente. No entanto, conforme documentação apresentada, a arrematante apura essas contribuições sociais em regime não-cumulativo, de modo que os percentuais cotados também não correspondem àqueles constantes na planilha demonstrativa de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.

Considerando as análises realizadas, tendo em vista que erro no preenchimento da planilha não será motivo de desclassificação da proposta, quando puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado (subitem 9.8 do Edital), recomenda-se a realização de diligência junto à arrematante para sejam ajustadas suas planilhas de custos e formação de preços e/ou apresentadas justificativas/comprovações em relação às inconsistências apontadas:

2.1. Não foi observada a manutenção de duas casas decimais no valor unitário do objeto contratual (subitem 8.5.1 do Edital). Para tanto, deve ser utilizada a função “ARRED” no Excel em todos os valores inseridos nas planilhas, notadamente aqueles do Módulo 01 – Composição da Remuneração e do Módulo 5 – Insumos Diversos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

2.2. Na “Identificação do Serviço”, indicou-se “12” como quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) em todos os postos, quando o correto seria indicar a respectiva quantidade de postos que compõem a proposta.

2.3. Nos “Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra”, indicou-se incorretamente “PORTARIA 44 HORAS” como Tipo de Serviço e Categoria Profissional nos postos de serventes nas localidades de Montes Claros/MG, Passos/MG, Patrocínio/MG, Pirapora/MG, Sete Lagoas/MG e Unaí/MG. Indicou-se também incorretamente a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 5174-10 para todos os postos de servente.

2.4. Identificou-se divergência entre o FAP informado nas planilhas (item 2.2 C), no valor de 1,0000, e aquele constante na documentação apresentada, no valor de 0,5000.

2.5. O seguro de vida (item 2.3 D) foi cotado no valor de R\$ 2,75 para todos os postos. Para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do Edital), recomenda-se a apresentação de apólice de seguro de vida em grupo contratado nos termos dos instrumentos coletivos indicados na proposta.

2.6. Utilizou-se fórmula que inclui a contribuição social de 10%, extinta pela Lei nº 13.932/2019, a partir de 01º/01/2020, no cálculo da multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (item 3 C) e da multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalho (item 3 F), tendo sido cotados os percentuais de 0,23% e 4,77% respectivamente.

Conforme preconiza o Anexo IX do Termo de Referência, a multa do FGTS sobre Prévio Indenizado se trata do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS (40%) (Art. 18 da Lei nº 8.036/90). Incidirá sobre a alíquota de 8% do FGTS, aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando a probabilidade de 5% dos empregados, por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.

$$\text{Cálculo} = 40\% \times 8\% [1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12] \times 5\% = 0,19\%$$

No caso da multa do FGTS sobre Prévio Trabalhado, trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

FGTS (40%) (Art. 18 da Lei nº 8.036/90). Incidirá sobre o recolhimento do FGTS (8%), aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando os 100% dos funcionários que serem demitidos ao final do contrato.

$$\text{Cálculo} = 40\% \times 8\% [1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12] \times 100\% = 3,82\%$$

Nesse caso, é necessário ajuste ou apresentação de justificativas para as alterações realizadas (subitem. 1.4 do Anexo IX do Termo de Referência).

2.7. Foi utilizada proporção de mulheres no percentual de 90%, para fins de cálculo do custo com Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade (item 4.1 E), em todos os postos, inclusive no de porteiro, cujo histórico indica ocupação predominante por empregados do sexo masculino.

2.8. Não obstante tenha sido apresentada a composição discriminada dos custos com Uniformes (item 5 A), em planilha apartada (subitem 6.9.6 do Edital), por posto de trabalho, para modelagens feminina e masculina, os valores utilizados nas planilhas individuais não correspondem ao custo médio mensal. Verificou-se que, no cálculo da média entre os valores por gênero, de acordo com a proporção estimada do quantitativo de trabalhadores de cada sexo, o valor foi incorretamente dividido por 2, o que resultou em um valor inadequado.

2.9. Não foi apresentada, em planilha apartada (subitem 6.9.6 do Edital), a composição discriminada dos custos com EPIs (item 5 D), incluídos nos postos de serventes, no valor de R\$ 8,35, podendo ser fixado prazo para tanto (subitem 8.5.3.6 do Edital).

2.10. As alíquotas de PIS (item 6 C.1) e de COFINS (item 6 C.2) informadas, 0,65% e 3,00%, respectivamente, não correspondem àquelas constantes na planilha demonstrativa apresentada de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, 0,58% e 3,04%.

Ademais, a planilha demonstrativa apresentada inclui coluna “Valor Retido”, inexistente no modelo do item 5 do Anexo XXII do Termo de Referência, o que acarreta



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas

que os percentuais efetivos médios apurados pela arrematante sejam consideravelmente inferiores aos percentuais integrais das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), conforme legislação, para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa.

Exposto isso, ressalta-se a previsão editalícia de que é de exclusiva responsabilidade da licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo a licitante alegar posteriormente desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da Planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.

Feitas as considerações cabíveis, coloca-se à disposição para prestar eventuais esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Pedro Lamounier de Carvalho.

PEDRO LAMOUNIER DE CARVALHO
Secretário de Liquidação e Pagamento de Despesas